



## Oficina 1: Implementação e estrutura da Política da Justiça Restaurativa

- Coordenador: Juiz Marcelo Nalesso Salmaso, TJSP
- Relatora: Desembargadora Hilda Maria Porto de Paula Teixeira da Costa, TJMG
- **Pergunta orientadora: O que precisamos viabilizar junto às nossas instituições para que uma política nacional de Justiça Restaurativa possa ser adequadamente desenvolvida?**



- 1) Por parte do CNJ?
- Atuação na cobrança de efetivação da política de Justiça Restaurativa, com metas, planos de execução.



- 2) Por parte do meu Tribunal?
- Implementar ou fortalecer um órgão gestor central, com alocação de orçamento nos fundos (onde houver).
- Destinação de recursos humanos próprios e adequados.



- 3) Por parte de parceiros externos (MP, Defensoria, OAB, Políticas de Segurança, de Assistência Social, de Educação, de Saúde, Entidades Não-Governamentais)?
- Sensibilizar os parceiros, articulando a política de Justiça Restaurativa, por meio de protocolos interinstitucionais para dar suporte à atividade desenvolvida.



- 4) O que já temos construído, em termos de institucionalização da JR no nosso Tribunal, que poderemos oferecer como contribuição à política nacional?
- Espaços adequados para a prática de Justiça Restaurativa
- Órgão central de coordenação da Justiça Restaurativa, muitos deles criados por normativas próprias.
- Articulação interinstitucional, com capacitação em cursos abertos.